

REGIONALIZAÇÃO

PEDRO PINCHAS GEIGER
Geógrafo do IBG

I — INTRODUÇÃO

Processo que se desenrola na superfície terrestre, a regionalização vem interessando a estudiosos das ciências sociais e às camadas esclarecidas da população. A percepção do fenômeno é crescente, à medida que se ampliam a mobilidade das pessoas pelo interior dos países e a circulação das comunicações, idéias e conhecimentos. Estes fatos, aliás resultam da própria acentuação da regionalização.

Percebe-se no interior das nações, ou grupos de nações, extensões territoriais diferenciadas quanto às formas de atividade de vida humana e os níveis de desenvolvimento. As áreas também se diferenciam por serem comandadas por distintas metrópoles, das quais fluem processo de integração mais ou menos dinâmicos. Ao se encarar a situação interna de um país verifica-se que existe relação entre a forma de organização de seu espaço territorial e o grau de desenvolvimento nacional. Vivemos numa época na qual o processo de desenvolvimento e da ocupação da terra pelo homem encontra-se cada vez mais ligado a políticas de governo. Estas políticas, ora se apresentam mais com o sentido de controle e de orientação das empresas privadas, ora redundam em empreendimentos estatais. Resulta que o desenvolvimento da regionalização, ou que a superação de problemas conseqüentes a desníveis regionais, passam a ser objeto de processo de planejamento.

II — REGIONALIZAÇÃO E ESPAÇO

Abordar o assunto da regionalização vale portanto em tocar no assunto região. Aparentemente, o tema é simples: regiões são porções diferenciadas da superfície terrestre e a regionalização é a forma atual de formação de regiões. No entanto, tal definição dá origem à questão como: a que ponto do processo novas regiões poderiam ser consideradas como efetivamente realizadas? Quando há apenas esboços dos novos processos, ou quando estes não se realizaram plenamente, o território espelha as formas tradicionais de organização regional e apresenta marcas da moderna regionalização. Qual o critério para atribuir maior importância a um ou outro quadro? Como organizar as hierarquias regionais? Na verdade, a definição da estrutura regional de um país e de seu significado econômico não é coisa fácil.

II.1 — *Domínios Naturais e Regiões Humanas*

Os processos de diferenciação do espaço terrestre são de natureza diversa. A formação de quadros naturais distintos tem suas raízes em épocas geológicas passadas. A sua elaboração se deu geralmente, através de longos períodos do tempo. Na escala histórica os domínios naturais apresentam-se como imutáveis; transformações rápidas que se operam nestes quadros se devem à intervenção do homem, rompendo equilíbrios naturais.

A ciência moderna nega-se a designar estes quadros naturais de regiões. Considerando que região significa parte de um todo orgânico que, como um todo, a superfície terrestre é um espaço cujo elemento dinâmico de organização é a vida econômica-social humana, a geografia define a região como uma forma de organização do espaço pelo homem. As unidades físicas são chamadas de *domínios*, sendo que o termo *região natural* também possui conotação humana — é um espaço deixado de lado, marginalizado em relação às áreas nas quais se dá o grande desenvolvimento da sociedade humana, ou, é um espaço no qual a vida humana se calca de forma primitiva nas condições naturais que se lhe apresentam. Veja-se o exemplo: não podemos considerar a serra do Mar ou o litoral como regiões no Brasil. Em termos regionais, Rio de Janeiro no litoral se integra com Petrópolis na serra e não com Paranaguá que também se encontra no litoral. Paranaguá, por seu turno, está mais integrada a Curitiba no planalto, do que esta a Petrópolis. Assim, o trecho da serra do Mar entre Paranaguá e Curitiba pertence a uma região, o situado entre Santos e São Paulo a outra e o do Rio de Janeiro a Petrópolis a uma terceira. Apenas, estas regiões apresentam certas condições semelhantes, representadas pela presença de relevos e outras características físicas, do mesmo tipo.

Quanto às diferenciações da superfície terrestre resultantes da ação humana, elas têm variado muito no transcorrer dos tempos, através de um processo histórico, acompanhando as transformações que se operam sucessivamente na estrutura econômico-social da população, com repercussões no território que ela ocupa.

Tente-se, por exemplo, visualizar a fisionomia geográfica que teriam em passado muito remoto, territórios onde populações nômades, pequenas em número frente aos quadros naturais, se deslocavam no interior dos mesmos. Em pequenos grupos, ou em tribos sem maior integração entre si, sem que se inscrevam ainda sobre o solo linhas definidas de caráter político, estas populações apresentavam gêneros de vida extremamente calcados nas condições naturais da zona física considerada. A paisagem natural se impunha.

Compare-se agora esta visão com a de um espaço atual organizado em torno de uma grande cidade moderna, envolvendo milhões de habitantes. Tome-se o exemplo do Estado de São Paulo em torno da cidade de São Paulo, com a ocupação fixa e contínua do solo, quase por toda a parte; os diversos setores agrícolas e industriais integrados; as densas

linhas de fluxos de pessoas e mercadorias. Compreender-se-á então, que seja tão diverso o conteúdo das diferenciações do espaço através da história. Em outras palavras, compare-se o território que corresponde ao Brasil, na sua fisionomia pré-colombiana e na atual. As diferenciações impostas no passado ao espaço pela população indígena, traduzidas por alterações no quadro natural, áreas mais ou menos povoadas, presença de grupos étnicos diversos, algumas variações na forma do aproveitamento da terra, etc., que valor regional poderiam ter face ao conceito atual da região como uma parte orgânica de corpo organizado?

Esta a razão de se considerar *região*, no sentido estreito da palavra, como uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território. Trata-se de algo semelhante à noção de Estado moderno que também é uma realização histórica. Isto não impede que uma série de regiões, principalmente as de conteúdo agrário, estejam calcadas em determinados quadros naturais. A formação das regiões propriamente ditas depende de graus de integração que unem os locais de determinadas áreas. A maior ou menor integração de uma fração do espaço depende da densidade da população ou da ocupação econômica, do grau de desenvolvimento econômico e social e do nível tecnológico existente; da intensidade das relações internas na área ou da intensidade das relações dessa área com outras partes de um país ou do exterior.

Desse modo, como aponta o geógrafo J. A. SPORK, há distinguir, atualmente, entre diferenciações observadas na superfície terrestre e que representam a simples distribuição espacial de determinados fenômenos e a estruturação orgânica do espaço em regiões. O que se chama muitas vezes de "regiões", como "regiões" étnicas, linguísticas, históricas, urbanísticas e outras, podem não corresponder a verdadeiras regiões, sendo apenas espaços culturais.

II.2. — Nações e Regiões

A superfície terrestre apresenta-se basicamente organizada num conglomerado de unidades de variadas dimensões que são os Estados nacionais. Termo da evolução histórica da nação européia, o Estado moderno, elaborado inicialmente naquele continente, passou a ser um modelo de organização para o qual convergem organismos sociais de conteúdo histórico bem diverso. A criação do Estado indu, por exemplo representa a superposição desta forma de organização a um conjunto formado de unidades tradicionais, no qual as regiões culturais ainda são vivas e válidas; na África, a aplicação dos conceitos modernos de organização, trazidos da Europa, sobre populações vivendo ainda em estruturas tribais. O Estado de Israel, por sua vez, é uma das poucas formas do Estado moderno que se aplica sobre nação, cujos laços de integração representam a continuidade histórica de um grupo populacional cujas raízes culturais mergulham nos séculos da Idade Antiga;

daí o caráter original dêste Estado, com liames de conteúdo especial entre os judeus dispersos pelo mundo e a comunidade israelense.

Êstes exemplos mostram que, em certo aspecto, são idênticos, e em outro, bem diversos, Estados como a França ou Estados Unidos, URSS, ou Israel, Congo ou Singapura, Mauritània ou Suíça, etc.

No entanto, trata-se das formas de organização básica da vida humana sôbre a terra. O Estado é a unidade de maior hierarquia na divisão da superfície terrestre, dividido internamente em regiões que são as suas partes orgânicas integrantes.

A seguir apresenta-se exemplo de transformação de um espaço natural em região integrante de uma nação. As similitudes existente entre a Campanha brasileira e as terras próximas do Uruguai e Argentina se apoiaram num quadro natural comum, que desde o passado, apresentava formas idênticas de organização da vida econômica. Estruturou-se, pois, inicialmente uma região no sentido mais tradicional; a criação de gado na parte brasileira se destinava, inclusive, em certos períodos, quando as guerras regionais devastavam rebanhos, a suprir os mercados do Prata.

Posteriormente, a especulação em tórno de mercados de carne situados extra-continente move o desenvolvimento de cada uma das partes dêste conjunto territorial caracterizado pelos campos abertos. A introdução de raças européias de bovinos, a implantação de frigoríficos e outros aspectos econômicos, são comuns. Mas, à medida que se assentam os novos Estados sul-americanos, cada parte vai se integrar no seu respectivo país, seguindo linhas de evolução independente.

A Campanha passa a ser unidade própria do quadro regional nacional. A parte meridional do Rio Grande do Sul desenvolveu-se como região homogênea caracterizada por coesão ditada por interesses comuns de produção. Apresenta formas similares de organização econômica, social e física. Quanto às relações internas não foram suficientes para a constituição de qualquer verdadeira metrópole regional, ou de rede urbana, no seu interior. A região exporta a sua produção e importa praticamente tudo que consome. Mas, à medida que o Brasil se industrializa e seus mercados de consumo crescem é imposto à Campanha um controle de exportação da carne para o exterior. Esta deve se voltar para o mercado interno. Por outro lado, empresários que não representam as classes tradicionais pecuaristas da Campanha passaram a desenvolver em trechos de baixas terras de vales, arrendadas a criadores, a lavoura comercial do arroz em larga escala. O cultivo irrigado desta gramínea, iniciado no começo do século, alcança nas últimas décadas, grande importância econômica no Estado.

Estas transformações ocorrem ao tempo que se alastra a ocupação agrícola das áreas de mata do planalto situado na metade setentrional do Rio Grande do Sul e que se estendem por Santa Catarina e Paraná, solicitadas igualmente a contribuir com gêneros para o abastecimento do país. Segue-se, em tempos mais recentes, a substituição da criação do gado em áreas de campos de "cima da serra", pelas lavouras mecanizadas de cereais e da batata e, mesmo na Campanha observam-se novas

invasões de atividades de cultivo. Descendentes dos colonos estrangeiros que se estabeleceram nas áreas agrícolas situadas ao norte de Pôrto Alegre, tangidos pela pressão demográfica, incursionam em Bajé e São Gabriel desde 1945 para plantar trigo; posteriormente, passa-se em alguns locais da Campanha, à policultura de víveres, com o milho como produto de base e sustentando pequena criação doméstica. Surgem pequenas explorações de legumes e frutas, de feijão, de cebolas, de couves, de jaranjas, destinadas ao abastecimento das cidades.

Todos êstes processos possuem laços de relação com Pôrto Alegre, onde paralelamente à multiplicação de população e de atividade agrícolas do Estado, observa-se o desenvolvimmento de verdadeira metrópole regional que se aproxima da dimensão de 1 milhão de habitantes. Pôrto Alegre distribui serviços e mercadorias, possui algumas industriais voltadas para o consumo da região, e é centro de beneficiamento, transformação e exportação de produtos regionais. Desta forma, assiste-se à elaboração de uma nova e verdadeira região representada principalmente pelo território do Estado do Rio Grande do Sul e centrada sobre Pôrto Alegre, na qual a Campanha evolui para se apresentar como um dos seus setores homogêneos. Pelotas, porta oriental da Campanha e seu principal centro, não conseguiu alcançar posição metropolitana e sua evolução, relativamente decadente face à ascensão de Pôrto Alegre, está como que a indicar êste processo de evolução da Campanha, da condição de região tradicional para o de setor de uma região maior, a de Pôrto Alegre.

II. 3. — *Regiões Homogêneas e Regiões Polarizadas*

O exemplo que viemos de apresentar nos ensina duas coisas. Primeiro, que o sentido dos processos atuais de regionalização, a rigor, dizem respeito à constituição de regiões polarizadas em tórno de metrópoles.

Mas a área de influência de Pôrto Alegre é apenas um esboço de região polarizada, uma vez que congrega imensos espaços econômicos agrários, despidos de atividades industriais apreciáveis. A metrópole de Pôrto Alegre é ainda relativamente débil como centro de atividade e empreendimentos industriais, de que resulta ausência de fôrça de polarização ou de direção regional mais vigorosa. Fragilidade que é realçada pela extensão exagerada de área de influência, dotada de população relativamente pequena. Isto significa que o conjunto todo é dominado pelo caráter de áreas produtoras de matérias agrícolas destinadas a mercados externos, ou ao consumo local, sem que as relações intra-regionais assumam maior intensidade.

Conseqüentemente, a coesão de cada um dêstes espaços econômicos situados no interior de área de influência de Pôrto Alegre é dada ainda, mais pelos aspectos homogêneos, como formas de povoamento, formas de atividades, produtos cultivados, etc. do que pelos laços a Pôrto Alegre. Espaços de amplas dimensões, alguns de recente ocupação, com populações bastante dispersas, pouco ligadas à vida de metrópole, êles

ainda são identificados primordialmente como regiões homogêneas e não como setores de região polarizada. A Campanha é pois uma região homogênea do Brasil. Do mesmo modo o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul, constituem uma grande região econômica, fornecedora sobretudo de suínos e derivados, e cereais para o mercado nacional, subdividida em unidades menores, marcados pela centralidade de pequenas cidades. Esta região econômica é relativamente nova, de povoamento recente, para onde afluíram populações deslocadas de outras áreas agrícolas do sul, à procura de terra livres para se auto-sustentarem, produzindo para a alimentação e vendendo excedentes. Paulatinamente organizam-se áreas especializadas em um outro produto comercial, sob os efeitos dos mecanismos da comercialização. Somente em épocas muito atuais é que se verifica diversas empresas sediadas nas grandes cidades orientarem a colonização desde o seu início, solicitando aos agricultores a produção de determinadas culturas.

Resulta, pois, o segundo ensinamento: a regionalização pela polarização, é, a rigor um processo relacionado ao desenvolvimento de países de estrutura industrial, ou é um processo que atinge sua plenitude em países desenvolvidos, onde os espaços homogêneos se apresentam não como regiões, mas como setores de regiões polarizadas.

Isto significa que, nos países subdesenvolvidos, a constituição de regiões polarizadas plenas se verifica nas poucas áreas mais evoluídas e que nas outras, elas se apresentam apenas esboçadas, como formas de convergência para um modelo ideal. Estes esboços são superpostos a regiões tradicionais mais ou menos bem conservadas. Nestes países processos atuais de povoamento ou de transformação econômica em espaços já ocupados ainda podem dar origem a novas regiões homogêneas que se apresentam como se fossem grandes setores ligados aos grandes pólos nacionais e regionais.

III — REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Tomada no seu sentido mais rigoroso, a solidificação de estruturas polarizadas, isto é, a regionalização atual, possui um conteúdo: a maior difusão pelo interior dos países, das formas de vida da civilização industrial, isto é, da tecnologia, dos modernos padrões de vida, da industrialização. Vale dizer, a maior valorização do potencial de recursos humanos e naturais que as diversas partes de um país apresentam.

A difusão do progresso tecnológico só se pode realizar com a melhoria dos transportes, das comunicações e da transmissão de energia, que permitem o contacto mais denso e rápido entre vastas áreas geográficas. Este progresso de transportes e comunicações destina-se, ou deve se destinar, a servir à expansão da produção e à distribuição mais equilibrada das riquezas entre a população, fenômenos ligados ao processo contínuo da industrialização. Realmente, não se pode dissociar expansão do progresso e de modernos fatores de vida pelo interior dos países e

processos de industrialização. Não há regionalização sem desenvolvimento industrial.

Por tudo isso, a regionalização é um processo tanto mais profundo e nítido quanto mais desenvolvido o país e inexistente nos territórios mais subdesenvolvidos, onde permanecem diferenciações tradicionais do espaço. Compreendendo certa autonomia dos territórios, ou vida própria regional, na realidade, a regionalização significa também maior homogeneização do país, pelas razões apontadas, difusão do progresso e das modernas formas de vida, uma vez que cada pólo regional imita a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais, etc. Por outro lado, a regionalização moderna não retira o caráter de especialização de algumas regiões em determinada produção ou atividade, que, quando voltadas para o mercado interno, assegura a integração nacional.

Assim, regionalização significa tendência ao desaparecimento da oposição que ainda se verifica em muitos países entre a capital e suas áreas próximas modernizadas e o interior menos atingido pela renovação. Ao “provincialismo”, onde a província, guardiã da vida tradicional, se opõe à capital, se sucede o “regionalismo”. O primeiro tem o seu quadro geográfico, tradicional. Neste, a capital é a grande cidade, foco de transformações internas por se realizar, cosmopolita, elo privilegiado de uma cadeia de pontos de ligação internacional. Com o regionalismo, forma-se nova organização representada pelo aparecimento de diversas grandes cidades, que podem atingir mais de vários milhões de habitantes, cada uma, podem alcançar caráter metropolitano internacional e, como pólos, organizar regiões em torno de si, onde a população, paulatinamente adquire consciência regional. Isto significa: as transformações fluem do interior da cidade para as áreas em volta e é a força da polarização que estrutura vida regional.

Em certo sentido, o processo da regionalização é oposto àquele que presidiu a formação das nações modernas européias. Como se sabe, na época feudal, a organização geográfica do território se caracterizava pela quantidade de pequenas unidades políticas e relativa importância dos poderes locais. A constituição das nações modernas resultou da aglutinação das pequenas unidades, sob a direção de um senhor feudal mais forte, que exigia uma capital nacional.

Geograficamente, evoluiu-se ao domínio de um país por uma cidade que, detendo o poder político, geralmente passava a acumular; igualmente, o crescimento populacional mais acelerado e o poder econômico. Era capital oposta à província. Paris e França talvez tenham sido o melhor exemplo deste processo.

Aspectos análogos verificavam-se nos países chamados novos quanto à época mais recente de sua independência. Enquanto colônias, o caráter de província abrangia a totalidade do território; quando independentes, passavam a ter uma cidade transformada em capital que se diferenciava aceleradamente das demais quanto à dimensão e à

qualidade (Buenos Aires, Santiago, Lima, México). Em relação a estas cidades o interior passava a se comportar como província.

No Brasil, após a independência, o Rio de Janeiro possuiu, por algum tempo, posição dominante absoluta, até que, em torno da cidade de São Paulo, vigoroso processo de regionalização conferiu a esta última mais do que uma simples função de metrópole regional.

Embora a regionalização não elimine a hierarquia urbana e posição privilegiada das metrópoles nacionais, retira-lhes, em certa medida, algumas exclusividades e preponderâncias. A regionalização ativa o desenvolvimento das metrópoles regionais dotadas de poder econômico próprio e que possuem os chamados serviços do nível superior (como Universidades, clínicas altamente especializadas, comércio de produtos raros, etc.), sem que isto represente uma volta ao antigo fracionamento político e econômico. Ao contrário das pequeninas unidades fechadas do passado feudal, a regionalização moderna pressupõe a organização de regiões de extensão considerável, economias abertas, trocas mais intensas de mercadorias através do conjunto nacional, circulação mais abundante e aspectos de uniformização quanto à difusão da vida moderna pelo país. O país fica mais aberto, embora organizado.

É necessário afastar pois, a idéia de que os processos de regionalização tendem a separar as regiões formadas. Pelo contrário, seus territórios passam a se integrar melhor no conjunto nacional, uma vez que há relações mais intensas entre os diversos locais de uma mesma região e entre uma região e outra. Os Estados Unidos, país de nítida organização regional, são exemplo de alta integração e intercomunicação das diversas partes do território. Lá, o desaparecimento prático de qualquer provincialismo, e a emersão do regionalismo se relacionam com a dimensão nacional que tendem a tomar os negócios. Numa cidade como Atlanta, contavam-se 410 escritórios das 500 maiores corporações do país; nas diversas cidades do país, os funcionários destas grandes companhias eram provenientes, em grande número, de outras cidades.

É evidente que o processo de regionalização tem a ver também com as enormes dimensões alcançadas por numerosos países, outra característica do atual panorama geográfico do globo. Nestas nações, uma vez desencadeado, o fenômeno ganha maior expressão, relacionando-se sua intensidade ao grau de desenvolvimento do país. No entanto, ele também está presente, tomando formas próprias nos países de pequena dimensão, exprimindo-se em conurbações na Inglaterra ou nos Países Baixos.

III — 1 — *O exemplo do Sudeste*

No Brasil, a grande Região Sudeste corresponde à parte mais desenvolvida do país, área do território nacional de maior intensidade dos processos modernos da regionalização. De forma espontânea originou-se a região de São Paulo, ou Sudeste Ocidental, a mais evoluída do país, onde a cidade de São Paulo exerce um tipo de polarização

caracterizada pela densidade das relações. Boa parte das atividades regionais no Sudeste Ocidental são realmente dirigidas pela capital paulista que injeta elementos de desenvolvimento, embora a São Paulo também não faltem aspectos das grandes cidades dos países subdesenvolvidos que mais drenam a região.

Ao lado da área de influência paulistana desenvolve-se o processo regional movido pelo Rio de Janeiro. A função de capital federal até a década passada proporcionou ao Rio de Janeiro maior difusão de sua ação polarizadora através do território nacional, mas a sua atuação regional é menos intensa que a de São Paulo. A ausência de autonomia administrativa até 1960, isto é, a falta de um Governo local voltada para os interesses regionais, bem como, a ausência de um território estadual de dimensão compatível à potência metropolitana para ser organizado, subordinado administrativamente à cidade, contribuem para tal fato, sem mencionar a menor importância do seu poder industrial. Melhor do que São Paulo, o Rio de Janeiro reflete o caráter geral do subdesenvolvimento do país.

Nova região em formação em torno de Belo Horizonte se faz principalmente às custas da redução da extensão da influência regional do Rio de Janeiro. Neste caso surge de forma nítida, o papel de uma política consciente de regionalização, atendendo aos interesses sentidos pelo governo do Estado de Minas Gerais. Esta regionalização encontra instrumentos no poder da industrialização e do aparelho administrativo que se encarrega de melhorias tecnológicas no setor da infra-estrutura.

O caso da região de Belo Horizonte mostra que, embora possa estar apoiada na divisão territorial do trabalho, a moderna regionalização transcende este fenômeno quando se observa que a partir da especialização de determinada produção, um território toma um desenvolvimento próprio como unidade dotada de certa autonomia. A intensificação das atividades de especialização, servem de atração a outras atividades, voltadas a atender um mercado regional em crescimento. Na chamada Zona Metalúrgica, mineração e metalurgia são base de desenvolvimento regional. A área tende a uma organização mais complexa, de verdadeira região polarizada. Não houve propriamente um planejamento formal para a constituição da atual fisionomia regional em torno de Belo Horizonte, cujos limites não coincidem mas com os da antiga Zona Metalúrgica. Contudo, ela resulta de uma política que procura atrair a localização de indústrias, o governo estadual participando do capital de algumas e organizando uma infra-estrutura que compreende rodovias e sistema elétrico. O exemplo da região de Belo Horizonte é o de um território que necessita se desenvolver e no interior do qual forma-se a consciência de uma política da regionalização.

No entanto, nem o surgimento de nova região em torno de Belo Horizonte, nem a implantação de Brasília, prejudicam a expansão Rio de Janeiro, ou de São Paulo. Pelo contrário, resulta destes fatos uma intensificação da vida de relações, fator para o contínuo crescimento das metrópoles.

A intensidade relativa da regionalização no Sudeste só se realiza com a concentração de atividades econômicas e, fundamentalmente, da atividade industrial, isto é, de acordo com premissas estabelecidas anteriormente. Provavelmente é desnecessário lembrar que a Região Sudeste reúne 70% dos operários e 75% do valor da produção industrial do Brasil. Aglomerações da dimensão das metrópoles carioca e paulistana, na casa dos 6 milhões de habitantes, e mesmo de Belo Horizonte, de 1 milhão, ainda que estes números não tenham equivalência a cidades do mesmo porte das regiões desenvolvidas, não deixam de ter certa força de organização da hinterlândia. Neste sentido, a região Sudeste se caracteriza também pelo fato de que, cada uma de suas regiões polarizadas mencionadas se divide numa variedade de sub-regiões homogêneas: bacias leiteiras organizadas, áreas de fruticultura, de silvicultura (em geral plantações de eucaliptos, de produção açucareira, de produtos hortigranjeiros, etc).

Para os padrões brasileiros, o Sudeste possui extremo dinamismo, caracterizando-se na sua evolução por acentuados processos de regionalização, fator que justamente lhe dá a coesão. Sua unidade não reside apenas na origem comum, histórica de trechos de suas três regiões atuais, nem na posição geográfica de seu território, situado entre outros tipos de grandes regiões definidas do país, ou, no grau de desenvolvimento industrial de algumas de suas áreas. Pelo contrário, o Sudeste é uma grande região em elaboração, justamente como resultado da intensificação e do caráter das relações entre as três regiões contíguas mencionadas. — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte — que em conjunto, formam corpo diferenciado em relação ao restante do território nacional. Trata-se, pois, de dois movimentos simultâneos e interligados: elaboração de cada uma das três regiões e maior abertura entre elas, principalmente entre as áreas dos pólos respectivos.

Depois de tudo que foi dito até o presente momento creio que se tornarão claras as palavras seguintes transcritas de JOHN FRIEDMANN e WILLIAM ALONSO na obra *Regional Development and Planning*: “As atividades humanas são distribuídas pelo território nacional em certos ritmos e padrões que não são arbitrários, nem resultantes do acaso. Resultam das interdependências que dão forma ao espaço econômico. Os padrões espaciais mudam com as alterações na estrutura de demanda e da produção, no nível da tecnologia e na organização social e política da nação. O desenvolvimento econômico e social da nação se reflete nos padrões do povoamento; nos sistemas de fluxo e trocas das mercadorias, capitais e informações; nos padrões de prestação de serviços e migrações, bem como, organização das áreas de influência dos centros urbanos. E, si existe um padrão espacial correspondendo a cada estágio de desenvolvimento econômico, pode-se avançar a idéia de que existe uma estratégia “ótima” para transformações espaciais, de um estágio a outro. No período inicial de desenvolvimento, os retornos marginais aos fatores de produção diferem muito entre as regiões. Com

o avanço econômico, as funções econômicas tornam-se mais diferenciadas no espaço e aumenta a escala relevante de muitas funções. Num estágio de desenvolvimento avançado, a economia nacional aparecerá numa plena hierarquia integrada de áreas funcionais, isto é, com a maioria da população e das atividades polarizadas a partir de áreas metropolitanas, e com efeito, apresentando-se em mercados nacionais, para o trabalho, os capitais e as mercadorias.

IV — REGIONALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

O planejamento dedica importância cada vez maior aos aspectos espaciais da economia e reconhece na atual regionalização uma expressão do processo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento, passou a ser identificado entre outras coisas pela ausência de determinadas estruturas regionais. O planejamento passou a se interessar pela descrição das estruturas regionais existentes, bem como, vê na organização de estruturas pré-concebidas uma forma de mover o desenvolvimento.

Dêste modo, como a regionalização atual é tomada como um indicio de desenvolvimento, passa-se a estimulá-la quando ela não se apresenta espontaneamente. Uma das idéias aplicadas em planejamento é a de dirigir a regionalização, ou seja a popularização, débil ou inexistente nas áreas menos evoluídas. Trata-se de estimular o processo através da criação ou do fortalecimento dos chamados “pólos de desenvolvimento” e de políticas de isenções que favoreçam a localização de indústrias em determinadas regiões.

V — 1 — *As Macro Regiões*

Mas num país continental como o Brasil, e subdesenvolvido, a divisão de maior hierarquia corresponde à distinção de enormes extensões territoriais, grandes espaços econômicos, diferenciados por nível de desenvolvimento. Amazônia, Nordeste e Centro Sul são designadas freqüentemente como regiões, no sentido vulgar. A rigor, no entanto, trata-se de unidades econômicas demasiadamente vastas para o que se entende de região, no sentido estreito da palavra, constituídas, cada uma, de um sistema de regiões e de espaços mal estruturados.

A Amazônia que corresponde a uma unidade geográfica, é imenso espaço, na sua maior parte um vazio de população, constituído de grandes domínios naturais, onde pontos isolados de ocupação humana mantém ligações tênues, traduzidas principalmente nos fluxos de pequenos volumes de mercadorias. A extrema macrocefalia é representada pela concentração de população em Belém e Manaus.

O Nordeste concentra um terço da população brasileira, numa coesão histórica e econômica. Aí se encontram regiões tradicionais — Zona da Mata pernambucana, Recôncavo — que no passado colonial

eram economicamente as mais importantes do país. Não tendo passado por renovações como as verificadas no Centro-Sul quanto à afluência de novas levas de população proveniente do exterior e processos de industrialização, o Nordeste foi assumindo caráter de espaço bastante subdesenvolvido. Sem economia auto-sustentada, representa grau de desenvolvimento inferior ao do Centro-Sul. O Nordeste se compõe de regiões antigas, como as mencionadas há pouco, e mais novas, como a região cacaueira ou o agreste, que mantém especializações tradicionais. A elas se juntam espaços menos habitados e menos estruturados. As grandes cidades apresentavam, de forma acentuada, seu papel de centros de drenagem, mais do que de irrigação, de suas áreas de influência. Estas dividem o Nordeste segundo as polarizações de Recife, Salvador e Fortaleza, sobretudo, mas sem que estas áreas de influência cheguem a modificar substancialmente as estruturas tradicionais.

O Centro-Sul não corresponde a uma unidade geográfica ou histórica, mas reúne o grupo de regiões e espaços mais diretamente subordinados aos pólos nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Ele é formado por outros grandes espaços econômicos:

a) O Sudeste que, como vimos, reúne as áreas de industrialização e polarização mais intensas do país. É a partir dos núcleos metropolitanos do Sudeste que se realiza a integração, não só a do Centro-Sul, principalmente, como de todo o conjunto nacional, apoiada na industrialização e na extensão da rede de transportes rodoviários. Esta integração é fator de modernos processos de elaboração regional que afetam o país. Pelo Brasil inteiro, uma série de regiões agrícolas que, inicialmente se encontravam voltadas aos mercados estrangeiros, passam a viver, ou em função dos dois mercados, o interno e o externo, ou apenas pelo interno. É assim que fluem para os grandes mercados do Sudeste a borracha, o óleo de babaçu, o algodão, o açúcar, as carnes etc;

b) O Sul é o espaço econômico ou macro-região caracterizada pela "subtropicalidade natural e cultural" com diversas regiões originadas de moderna colonização européia ou de descendentes destes colonos. Correspondendo a pouco mais de 50% do território nacional, reúne 1/3 da produção agrícola do Brasil, complementando o Sudeste com suas regiões agrícolas evoluídas relativamente. Nesta grande região crescem forças polarizadoras das metrópoles regionais de Curitiba e Porto Alegre, numa integração superior a das metrópoles regionais nordestinas;

c) O Centro-Oeste é espécie de periferia, por onde transbordam atualmente populações e empreendimentos agrícolas e urbanos desde o Sudeste e o Sul. Através do Centro-Oeste se estendem as linhas de penetração terrestre para a Amazônia desde o Centro-Sul, mais dinâmicas que as desenvolvidas desde o Nordeste. Mas este vasto espaço econômico ainda é formado predominantemente de áreas naturais enormes, na maioria de cerrados, onde prevalece pecuária extensiva destinada a abastecer os mercados do Sudeste.

III — 2. “Desenvolvimento Regional”

Diante dêste quadro, o planejamento nacional vem dando maior ênfase ao ataque à permanência de violentos desníveis que separam as três grandes unidades, e considera como regiões problemas a Amazônia e o Nordeste. Através de política ditada pelo poder federal, canalizam-se recursos e favorecem-se estas chamadas macrorregiões, onde atuam SUDAM e SUDENE, com incentivos fiscais, objetivando a multiplicação e renovação de empreendimentos econômicos.

No entanto é forçoso reconhecer que não vem sendo feito pròpriamente um planejamento de *desenvolvimento regional*, expressão que no entanto vem sendo aplicada a esta política. Como vimos o Nordeste é muito vasto para ser tratado como região única para um planejamento integrado — econômico-social e físico. Trata-se de um sistema de regiões para as quais a SUDENE não definiu ainda uma estratégia espacial. Na verdade a política do planejamento foi ditada sobretudo pela pressão de subdesenvolvimento nordestino e seu objetivo fundamental é a diminuição do desnível entre os grandes espaços econômicos, que faz das partes setentrional e meridional do país quase que dois países. Mas à medida que se introduzem novas atividades, a industrialização toma curso e verifica-se o adensamento da população e das economias, criam-se as fôrças que podem influir, em grau mais ou menos intenso, nos processos espontâneos de regionalização. Como afirmam os dois autores anteriormente citados “Duas solicitações da política oficial em relação à organização espacial, podem ser reconhecidas. Onde o desenvolvimento econômico ocorre desigualmente pelo território nacional, as diferenças regionais, quanto a nível de bem estar, podem se tornar uma questão política premente. E onde, o modo pelo qual o espaço econômico está organizado afeta o passo e a estrutura do crescimento econômico, a política nacional deve se voltar para estratégias da evolução espacial, para fazer avançar os objetivos do desenvolvimento geral da economia”.

O desenvolvimento recente do país, desde a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 60, calcado fundamentalmente na industrialização, é relacionado a um processo de substituição de importações. Agora, dizem economistas, trata-se de iniciar outra fase, onde a expansão econômica só poderá ter apoio numa ampliação do mercado. E mais, que uma excessiva concentração da distribuição da renda deve ser superada, para que se efetive esta ampliação do mercado.

Estas afirmações nos sugerem examinar alguns aspectos dos recentes processos de industrialização, como a tendência à concentração da produção de vastos setores industriais em grandes estabelecimentos e emprêsas, tanto nos chamados setores tradicionais como nos variados gêneros modernos. Num país agrário como o nosso, êste processo teve como expressão geográfica a acentuada e excessiva concentração da atividade industrial e principalmente das emprêsas, nas duas grandes áreas das metrópoles nacionais, principalmente na de São Paulo. Veja-

se o caso de cidades que foram no passado sede de empreendimentos locais relativamente importantes para a época, dirigidos por suas burguesias urbanas, como Juiz de Fora, Campinas ou Pelotas. No passado, tiveram papel relativamente superior à atual, como cabeças de regiões tradicionais e como sedes destes empreendimentos industriais locais. Pelotas fora da região Sudeste foi a que menos evoluiu e deixou de se industrializar; em Campinas, as grandes fábricas modernas que lá se instalaram não pertencem a empresas locais, mas são investimentos paulistanos ou estrangeiros que penetram através da capital paulista. Campinas cresceu muito, valendo-se simplesmente de sua posição próxima a São Paulo (2 horas), no eixo ao longo do qual caminha a implantação de estabelecimentos que transbordam desde a área metropolitana. Integra-se, pois, cada vez mais na região organizada em torno de São Paulo. Quanto a Juiz de Fora, mais distante de sua metrópole principal, o Rio de Janeiro (4 horas), especializou-se como centro de médios e pequenos estabelecimentos do setor vestuário, onde a luta de pequenos empresários locais faz a cidade figurar ainda com algum destaque entre os centros nacionais de atividade industrial. Em suma, o processo brasileiros nas suas fases recentes apresenta a perda de substância relativa das pequenas cidades que comandavam diversas regiões tradicionais, paralelamente à diminuição do papel de pequenos empresários na industrialização. Por outro lado, observa-se o papel crescente assumido pelos empreendimentos estatais ou mixtos e de capital estrangeiro. A expansão das áreas industriais verifica-se em torno dos grandes pólos e ao longo dos eixos que deles partem. Cidades novas e relativamente grandes, como Londrina, por exemplo, nascidas em áreas agrícolas modernas, florescem como centros de atividades terciárias e possuem função industrial relativamente pequena.

Deve ser pois examinada a possibilidade de que uma política de desenvolvimento regional implique numa conciliação entre duas tendências, integrando, num processo de polarização, o desenvolvimento de empreendimentos de pequenos empresários locais com o das forças concentradas nas grandes metrópoles. Seria um dos caminhos da expansão do mercado e da economia. Assim como foram criados incentivos para o desenvolvimento de macro-regiões em atraso através da SUDENE e SUDAM, é possível aventar a hipótese de se estabelecer estímulos para determinadas cidades ou regiões e para determinados setores de atividades. Seria possível orientar, desta forma, investimento de grandes empresas para a implantação em locais considerados favoráveis, dentro de uma estratégia espacial.

Aspecto peculiar ao processo recente é o crescimento acelerado de algumas metrópoles regionais. Tal expansão é paralela à acentuação das forças de polarização e ao desenvolvimento de setores agrícolas da sua região de influência, como já citamos em relação a Pôrto Alegre e Curitiba. Uma política federal que ampare estas metrópoles, no sentido de se tornarem efetivamente pólos nacionais de desenvolvimento, parece válida. Deve ser estimulada a sua capacidade de promover em-

preendimentos nas respectivas regiões e despertarem forças empresariais locais. A construção do pôrto de Itaqui junto a São Luís por exemplo é uma contribuição do govêrno federal aos esforços que partem do poder estadual, tendentes a impulsionar o Maranhão.

Êstes esforços do Maranhão incluem o fortalecimento de São Luís como centro regional, onde acaba de ser instituído pelo govêrno um órgão de financiamento que deverá atrair implantações industriais para a queda capital.

IV — 3 — *Estratégia Espacial*

No nosso sistema econômico, caracterizado pela livre iniciativa, uma estratégia espacial de desenvolvimento regional consiste em favorecer, em certas áreas, a localização de indústrias de transformação, ou canalizar serviços públicos e investimentos do govêrno, visando-se à indução de outras atividades. Uma estratégia espacial é praticada quando se fornecem prioridades na implantação de elementos de infra-estrutura, ou quando se providencia a ampliação da centralidade de uma cidade pela introdução de órgãos de administração, de estabelecimentos educacionais ou de saúde, etc.

Um planejamento regional rígido, fixado em limites territoriais bem definidos, é impossível. Numa economia de emprêsa privada, onde existe a liberdade de decisão dos empresários, isto não pode se verificar. Por outro lado, no Brasil a região não se constitui em unidade de teor jurídico ou político. O que temos abaixo da Federação são os Estados, como entidades político-administrativas dotadas de certa autonomia e divididas em municípios. A nova constituição de 1967 acrescenta uma nova forma de organização territorial oficial, a área metropolitana.

Na verdade, as mais importantes metrópoles regionais são capitais estaduais e por vêzes, os limites de suas regiões se aproximam dos limites dos respectivos Estados. Dêsse modo o Estado pode se constituir, em certa medida, numa unidade de planejamento de nível inferior à macro-região, mas geralmente superior à pequena região. Atualmente existem órgãos de planejamento no âmbito dos Govêrnos de quase todos os Estados os quais exercem iniciativas em setores industriais, de serviços públicos de infra-estrutura e outros.

Além disso, há iniciativas de planejamento que partem de govêrnos municipais. Torna-se pois, difícil conceber que em nível de govêrno federal haja um aparelho único, destinado a montar o planejamento detalhado em diversos níveis regionais. No entanto, é necessário que o órgão nacional de planejamento, IPEA, promova as compatibilizações, no que puder, das diversas ações e orientações partidas de diversos organismos federais e estaduais de planejamento.

Para tanto, é necessário que haja uma profunda compreensão dos mecanismos regionais atuais em andamento, principalmente, quando

se considera que o planejamento deve ser conforme as tendências espontâneas delineadas. O planejamento deve conciliar as idealizações pré-estabelecidas com as tendências em movimento; suas ações de orientação e controle devem estar em harmonia com empreendimentos privados.

Um órgão federal como o Instituto Brasileiro de Geografia pode formular a realidade da estrutura espacial do país, com a colaboração de outras instituições de pesquisa, federais ou estaduais. A descrição da estrutura espacial e de seus mecanismos servirá para situar o planejamento, ajudando-o nos movimentos de opção que se apresentam no transcorrer dos trabalhos e ajudará na montagem de pesquisas de diagnóstico, regionais e setoriais e fornecerá bases territoriais para a atividade estatística, inclusive pelo delineamento de estrados para amstragens.

IV — 4 — *O modelo da Ciência Regional*

A ciência regional constata um modelo teórico de tipos de regiões e de problemas nos países subdesenvolvidos. A presença de *áreas metropolitanas* de crescimento extremamente rápido, acentuando macrocefalia urbana, trazem consigo enormes problemas de organização de infra-estrutura, de serviços e de equipamentos urbanos, cujo planejamento se torna indispensável, para o bem estar das populações e para o crescimento do poder polarizador da cidade.

No Brasil temos em torno de São Paulo o início de formação de uma região verdadeiramente organizada, moldes que se aproximam do padrão dos países desenvolvidos. Porém, mesmo lá, os problemas urbanos são típicos dos países subdesenvolvidos. Nas regiões organizadas é o *planejamento físico* ou o *arrumamento do espaço* que ganham muitas vezes importância fundamental e a política de descentralização dos pólos de crescimento já congestionados leva à formação de novos núcleos, satélites industriais, residenciais e outros. A formação do cinturão verde pode ser previsto e os problemas do abastecimento das metrópoles podem servir de elo aos planejamentos diretamente interessados ao setor agrário.

A implantação de modernas rodovias a partir das grandes metrópoles, serve muitas vezes mais ao esvaziamento da hinterlândia pela cidade, que sem grande capacidade de organização de sua área de influência, suga mais do que irriga a região. No entanto, desde que haja também forças de irradiação, a formação de *eixos de desenvolvimento* ao longo de importantes vias de transporte que partem dos pólos é outra característica comum nos países subdesenvolvidos. Estes eixos se constituem em outro tipo de região que tendem a unir os grandes pólos, como o vale do Paraíba entre Rio de Janeiro e São Paulo, ou a penetrar às regiões agrárias mais desenvolvidas, como ao longo da E. F.

Paulistana, no Estado de São Paulo, a partir da área metropolitana paulista. Faz-se mister a implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento destes eixos.

Do mesmo modo, na *região agrária relativamente desenvolvida* e densa como a de São Paulo já se fez sentir a necessidade da implantação de pólos de crescimento de dimensão média, para a atenuação da excessiva macrocefalia da capital e para a manutenção da evolução econômica.

Outros tipos regionais fornecidos pela ciência regional para os países subdesenvolvidos são as *regiões de depressão*, cuja exemplificação pode ser dada pelo Nordeste como um todo a nível de macroregião; regiões ativas de especulação, como o Sudeste do Paraná e outras áreas; *regiões pioneiras*, como ao longo da Belém-Brasília, *regiões naturais*, que temos em demasia. Cada um destes tipos apresenta problemas específicos.

No entanto, não é suficiente considerar estas generalizações teóricas de tipo de região da ciência regional para a realização de planejamento. A este nível do conhecimento ainda nos encontramos no domínio de generalizações, vale dizer, abstrações. É necessário conhecer a organização concreta do território, sua verdadeira geografia de unidades regionais. Chamar o Nordeste de região de depressão é apenas uma generalização que não nos dá toda a realidade de sua complexa organização, suas regiões internas, diferenciadas suas cidades, suas áreas mais dinâmicas, sua relação com as outras partes do país. São estes aspectos que fazem surgir problemas peculiares, distintos, de outras regiões, de depressão, como o sul da Itália, por exemplo. Além disso serão encontradas outras áreas de depressão no país, como em certos trechos do litoral do Sudeste, que pertencem a outro nível hierárquico regional.

Cabe pois à geografia fornecer a descrição do espaço concreto do país, apresentando o quadro de suas regiões tradicionais e modernas, e de seus mecanismos da organização do espaço seja os da formação de aspectos homogêneos sejam os de forças de polarização. Isto se faz através de estudos que necessitam tomar em consideração de elementos materiais fixos, criados pelo homem, como as estradas, o uso da terra e outros, e os elementos de fluxo, de capitais, mercadorias, comunicações, passageiros, de cuja interação resultam as estruturas espaciais: as regiões organizadas, os eixos de desenvolvimento, as regiões urbanas, as regiões de especulação, etc.

A compreensão da estrutura regional de um país, contudo, não se pode cingir a uma análise estática que fornece um instantâneo, espécie de raio-X do esqueleto regional do país. Será necessário apelar para a descrição dinâmica dos mecanismos que levam à estruturação regional, o que envolve o exame histórico do desenvolvimento regional e as tendências para o futuro. Neste exame entram em conta os recursos naturais e seu aproveitamento, o movimento da população, seu crescimento vegetativo e os balanços migratórios, suas características qualitativas,

os objetivos da produção e a estrutura social formada, os balanços comerciais e de pagamentos inter-regionais que se estabelecem, etc. Neste contexto poderão ser compreendidos fenômenos como o das cidades que drenam suas regiões e não as irrigam; o das regiões agrárias relativamente prósperas, mas em industrialização que consomem os produtos manufaturados do exterior; o das sociedades sem espírito empresarial etc.

IV — 5 — *Conclusões*

Em documento preparado pelo Prof. MICHEL ROCHEFORT para o IPEA encontramos algumas ideias relativas às necessidades de planejamento dos diferentes grandes espaços econômicos brasileiros ou macro-regiões. A elas acrescentamos outras numa síntese que se segue.

Amazônia — A Amazônia apresenta o problema da orientação do povoamento. Nesta imensa macrorregião, a estratégia espacial deverá dar ênfase à criação de pontos de apoio, locais que sirvam à manutenção das longas linhas da circulação humana. O planejamento deverá também descobrir formas de se evitar a dilapidação de recursos naturais (solos e florestas). Nos tempos atuais, verifica-se que em diversas áreas realiza-se uma ocupação difusa, repetindo as formas rotineiras de utilização da terra, com grande desperdício de recursos. Na verdade, a propagação de pastagens e instalação de sistemas extensivos de pecuária em áreas amazônicas importa que sejam menores as pressões para que no Brasil do Sudeste se verifique a passagem a sistemas intensivos de criação. Na Amazônia é necessário estimular modernos empreendimentos concentrados, numa ocupação pontual ou linear. Esta característica deverá vigorar por algum tempo na maior parte do território.

Nordeste — Os incentivos à industrialização têm dado origem a empreendimentos pertencentes a capitais externos à região e que procuram se localizar preferencialmente nas grandes metrópoles do litoral. Existe o risco de se acentuarem desnivelamentos internos, repetindo em escala regional, fenômenos observados no país como conjunto. A política de inversões no Nordeste pode ser acompanhada de programas destinados a conter a excessiva macrocefalia urbana, os fluxos de migração excessivamente concentrada sobre as metrópoles. O melhor equipamento de cidades médias situadas na rota destas migrações, como Caruaru em Pernambuco, pode atender a este objetivo e ajudar na melhor regionalização. Paralelamente, o estabelecimento de áreas-programa, com seus respectivos projetos setoriais, deve servir à dinamização de áreas agrícolas densamente ocupadas situadas no interior, através de processos de modernização.

A SUDENE no seu último Plano Diretor inicia a seleção de áreas-programa para estudo e aplicação de tal política.

Centro-Sul: As grandes regiões metropolitanas estão plenas de graves problemas da vida urbana e planos estão sendo preparados para o grande São Paulo, a grande Belo Horizonte, o grande Rio de Janeiro.

No Estado de São Paulo verifica-se uma reorganização espacial do aparelho administrativo do Estado e a decretação de uma estrutura regional administrativa.

No Estado do Paraná, o Governo através da CODEPAR monta escritórios de desenvolvimento nas cidades selecionadas como pólos regionais; neste Estado o governo com apoio federal promove entidades destinadas a cuidar do equipamento ou de estimular o equipamento e infra-estruturas adequadas às regiões agrícolas dinâmicas. Por exemplo, a construção de armazens e silos. Políticas de financiamento da produção; de preços mínimos para os produtos agrícolas; de orientação da comercialização; de incentivo ao desenvolvimento das formas de organização empresarial no campo, como por exemplo, as cooperativas; de incentivos à industrialização nas pequenas cidades; de introdução de técnicas agrícolas modernas; eis alguns setores de atuação mais afetos às áreas do Centro-Sul mais desenvolvido. Estas atuações podem ser integradas numa política de regionalização.

GEOGRAFIA E REGIONALIZAÇÃO

Um novo movimento envolve a geografia moderna. Após fase de abandono de monografias regionais no após guerra, caracterizada pelo desenvolvimento dos chamados ramos sistemáticos da geografia, assistimos volta à geografia regional, mas num plano superior.

Esta atitude resulta de verdadeira reformulação da geografia moderna, a que ela chegou, como conseqüência dos progressos recentes de seus ramos sistemáticos, quando ganharam desenvolvimento a geografia econômica, a geografia das indústrias e a geografia urbana, notadamente. Esta mostra a superposição, ou a identificação de seu estudo sistemático com o estudo regional, pela extrema relação existente entre hierarquia das cidades e redes urbanas e regionalização. A geografia urbana foi um veículo para a unificação de geografia sistemática e regional de que resulta a concepção da geografia como uma ciência social, cujo objeto é o estudo da organização do espaço pelo homem.

Dêsse modo, na volta ao estudo regional, não se trata mais de examinar isoladamente unidades espaciais da superfície como se fôsem fixas, geradas ou mantidas apenas pelas condições locais, da natureza ou atividades humanas tradicionais. Nem o interesse se fundamenta na simples descrição dos aspectos formais, originais, das relações do homem com o meio, como se fôsem imutáveis.

Promovendo realmente a integração de estudos regionais e sistemáticos, a geografia moderna examina as unidades espaciais como peças integrantes de um conjunto, cada uma na sua hierarquia e posição geográfica, na sua função e tipo. Cada área do país classifica-se como tipo de região ou espaço, cujas características resultam da superposição de processos gerais, amplos, a fatos locais. Conseqüentemente, enquanto no passado as monografias regionais procuravam de preferência as

áreas tradicionais, onde fôsse mais direta a influência do meio natural, e focalizavam trechos cujos limites nem sempre correspondiam a verdadeiras regiões; atualmente a geografia se propõe a estudar sistematicamente a organização regional dos países e seu desenvolvimento. Daí o maior número de estudos de áreas metropolitanas, de regiões urbanas, de trechos industrializados; daí, também, o desaparecimento dos planos clássicos para os estudos regionais e que passam a variar segundo a características de cada região. Pois que o exame da região não se constitui simplesmente de descrições, na forma de um inventário, de todos os elementos que ela contém (inclusive descrições etnográficas eram encontradas nas antigas monografias regionais); êstes elementos entram na medida da hierarquia que ocupam no movimento da região e no que valem para uma geografia ativa, isto é, prospectiva.

De tudo que acabamos de expor se conclui que na medida que a geografia contribui para os estudos das formas e condições da regionalização, ela surge como disciplina diretamente integrada no planejamento. Isto, sem mencionar a contribuição que ela sempre dá como ciência do espaço, através de toda ordem de informações, que planejadores e profissionais de outras ciências, em geral, vão procurar.

S U M M A R Y

The present work treats of a matter related to the organization of determined area with a view to its development, called here "regionalization", which would mean the definition of a region, considering the human activities. In its common sense the word "region" means different parts of the earth surface. In the sense which is given here it means an area where the relations among the different kinds of human activities are considered on purpose to determine the degree of intensity, in order to coordinate them and promote the development by the organization of those relations. Others factors that must be considered with this purpose are the denseness of population, economic and social development and technological stage.

It was taken as an example an area, known in Brazil by the name of Campanha Gaúcha, which presents characteristics of transformation, by changing its aspect of natural space into homogenous region of development. Pôrto Alegre, the metropolis of this region, acts as a center of polarization, leading the evolution of the economic progress, although on couldn't yet consider as a complete polarized region, once it has large area where still predominate an agrarian economy, without considerable industrial activities and Pôrto Alegre doesn't present yet many industrial establishments resulting weak its action as a center of influence.

The "regionalization" by polarization is a process concerning advanced industrial structures. In the underdeveloped countries the polarized areas are only found where there are conditions of development of those structures. In the case of Brazil, is in the Southeast Region where one finds the most advanced process of "regionalization" chiefly around the metropolis of São Paulo. In others areas outside this great Region are found already certain center constituted by regional metropolis, which act as a pole, difusing the progress, the modern standard of living, beginning with this influence to outline a process of regionalization in the concept which is given here.

In planning a region aiming its development, the study and orientation of the process of regionalization are already considered as an element to be applied with that purpose.

The great difference showed by the three large regions in Brazil: Amazônia, Nordeste and Centro-Sul, in terms of economic development has called, on the part of the technicians, the necessary attention to the problem presented by this difference. When considered under the point of view of the appliance of the "regionalization" process, one verifies that due to the wide territorial extension presented by the two first regions and their low stage of development, to put into practice a policy of encouragement in the actual system of employment of government resources doesn't yet mean a regional planning in the sense which is given in this study.

By the other hands the Centro-Sul Region holds the great centers, where are concentrated the most important industrial establishments, originate, as a consequence, a broad market in surrounding areas. However this favourable conditions restrict to this Region isn't suitable to a policy of integration of the underdeveloped regions in the national whole complex, when one has in view the development of all country.

The implantation of others industrial centers, creating conditions to emerge new markets in these underdeveloped regions, seem to be a right move. So the government policy in this section must be ruled on the way to promote industrial development in certain regional metropolis, where is verifying a pronounced growth of population, must be considered as an appliance of the "regionalization" process. In certain areas, whose natural resources permit a profitable utilization, to apply an incentive policy ruling the investments to where the general conditions were more favourable is yet a concept admitted by the technic of application of the mentioned process.

As to occur in the South Region, where São Paulo and Rio de Janeiro, the two larger metropolises of the country, established around themselves a broad organized area and between them an axis of development, it's allowable that on formule some hypothesis which would mean that others underdeveloped areas come into development when are applied the means preconized by the methods in study.

Thus it's suggested here for the planning of the underdeveloped regions of Brazil: to develop the main centers of Amazonia, aiming to establish a more effective human occupation and circulation; to direct the settlement in Amazonia, in order to avoid a scattered occupation and prevent the waste of the natural resources; implanation of agricultural programs based in modern methods in areas densely peopled of Nordeste; to improve better the middle towns situated on migration's route, in this last region, on purpose to create conditions to keep the migrants in that area, preventing, in a way, that the great metropolis of the South become overcrowded; and finally to direct the urban activities in the great centers of the Região Sul, designing to promote secondary poles and so the decentralization of those centers.

Résumé

L' auteur étudie, ici, le thème de la régionalisation en cherchant surtout à définir la région. Au sens commun le mot région signifie des parties différenciées de la superficie terrestre et, au sens strict, la forme géographique qui apparaît seulement en des phases déterminées du développement historique et qui dépend du degré d'intégration unissant les lieux d'un certain territoire. La plus ou moins grand de intégration d'une fraction de l'espace dépend de la densité de la population et de l'occupation économique; du degré de développement économique et social et du niveau technologique existant; de l'intensité des relations de cette zone avec celles des autres parties du pays ou avec l' extérieur.

La "Campanha Gaúcha" est un exemple de la transformation d'une fraction du grand espace naturel, en une région homogène intégrante du Brésil. Il semble que son évolution se poursuive de manière à paraître comme un secteur d'une région centralisée par Porto Alegre. La tendance actuelle de la régionalisation est de constituer des régions polarisées autour des métropoles.

La zone d'influence de Porto Alegre n'est encore qu'une ébauche de région polarisée, puisque elle possède d'immenses espaces où prédomine l'économie agraire, sans qu'il y existe aucune activité industrielle digne de ce nom. Sa métropole, comme centre d'activité et d'établissements industriels est relativement faible, conséquemment son action directionnelle a peu d'intensité et les rapports interrégionaux qu'elle établit ont peu d'importance. Ainsi à l'intérieur de cette zone d'influence il y a des espaces, dont la cohésion est maintenue plutôt par les aspects homogènes qu'ils présentent que par leurs liens avec la métropole.

La régionalisation par la polarisation représente un procès lié aux structures industrielles avancées. Dans les pays sous-développés la constitution de régions polarisées a lieu dans les zones évoluées tandis que dans les autres elle n'est qu'une ébauche, ce sont des formes évoluant vers le type padronisé. Ainsi elle correspond à la diffusion du progrès et aux patrons modernes de vie, dans lesquels chaque pôle régional cherche à imiter la métropole nationale par rapport aux modèles d'urbanisation, aux niveaux de culture, etc.

L'acception moderne de régionalisation, loin de rappeler l'ancien fractionnement des pays en de petites unités fermées de l'époque médiévale, présuppose l'organisation de régions de très grande extension, avec de fréquents échanges et une économie ouverte.

Au Brésil c'est surtout dans la Grande Région Sud-est que nous trouverons les procès les plus avancés de régionalisation, principalement dans la zone autour de la métropole de São Paulo.

L'orientation des procès de régionalisation constitue déjà une mesure employée en planification, dont le stimulant à travers d'investissements massifs dans certains pôles de développement, et l'adoption d'une politique d'exemptions fiscales, devront favoriser ces régions.

Au Brésil on s'est surtout préoccupé des différences, très marquées, de niveau que les trois grandes unités macrorégionales présentent: Amazonie, Nord-est et Centre-sud. En les considérant du point de vue de l'application des procès de régionalisation, on vérifie que, étant donné la grande extension territoriale que les deux premières possèdent et le stade de développement où elles se trouvent, l'application d'une politique de stimulants, dans les patrons actuels, n'arrive pas à constituer une planification régionale.

D'un autre côté c'est dans la Grande Région Centre-sud que se concentrent les divers centres d'activités industrielles qui donnent naissance à un marché important. Cependant, quand l'objectif est celui du développement total du pays, la limitation de ce marché dans cette Région, ne favorise pas une politique d'intégration des régions sous développées dans l'ensemble national.

L'implantation d'autres centres d'activités industrielles, créant des conditions de formation de nouveaux marchés dans les régions sous-développées, paraît être une mesure raisonnable. Ainsi, une politique fédérale dont le but serait le développement industriel de certaines métropoles régionales où on vérifie une croissance populationnelle très grande nous semble valide en termes d'application de procès de régionalisation. L'utilisation aussi en certaines régions — dont les ressources naturelles permettent de bénéficier avantageusement d'une politique de stimulants, en les orientant vers les zones où les conditions générales se montrent les plus favorables — constitue un concept formulé par la technologie de l'application des procès déjà mentionnés.

A l'exemple de ce qu'on observe dans la Région-sud où São Paulo et Rio de Janeiro, grandes métropoles, établissent autour d'elles une grande zone organisée et entre elles un axe de développement, il est permis de souhaiter que d'autres zones sous-développées viennent aussi à se développer en utilisant les moyens préconisés par la technique en étude.

Ainsi pour l'aménagement des Grandes Régions sous-développées du Brésil il serait nécessaire de:

créer des centres de développement, comme points d'appui, dans l'Amazonie, dont le but serait l'établissement de lignes d'occupation et de circulation humaine;

d'orienter le peuplement de l'Amazonie, afin d'éviter l'occupation diffuse et la dilapidation des ressources naturelles;

d'établir des programmes agricoles basés sur des méthodes modernes, dans les zones de grande densité de population du Nord-est;

d'améliorer les ressources des villes moyennes situées sur la route des migrations intérieures de cette même région, créant ainsi des conditions de vie pour les immigrants afin qu'ils ne viennent pas surpeupler les grandes villes du Sud;

d'orienter les activités urbaines dans les grands centres de la Région Sud, encourageant ainsi la création de pôles secondaires et de cette manière on provoquer la décentralisation des villes.